

A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO ROMANCE *O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO*, PUBLICADO PELA IMPRESSÃO RÉGIA DO RIO DE JANEIRO (1808-1821)

Anelise Martinelli Borges OLIVEIRA
Universidade Estadual Paulista – Campus Marília-SP
anelisemartinelli@hotmail.com

Resumo: A institucionalização da Impressão Régia do Rio de Janeiro em 1808, mesmo ano da vinda de D. João VI para o Brasil, constituiu-se de uma importante ferramenta no desenvolvimento das práticas de leitura na sociedade abastada, uma vez que foi responsável por publicar livros dos mais variados gêneros, como, os de literatura romanesca. Durante os treze anos que o regente português esteve no Rio de Janeiro – cidade que se tornara a nova sede da monarquia portuguesa – a Impressão Régia do Rio de Janeiro publicou um total de nove romances, a maioria deles traduzidos do francês. Tendo como característica a prescrição de condutas, grande parte dos romances era direcionada ao gênero feminino, sobretudo, à mulher da camada dirigente, a qual deveria se desviar de comportamentos que não eram compatíveis à sua estratificação social, e, conseqüentemente à sua moral. Dentre esses romances, encontra-se *O castigo da prostituição* (1815), livro que compõe o *corpus* deste trabalho. Com base no exposto, o presente trabalho objetiva analisar a representatividade feminina inserida no romance *O castigo da prostituição*, a qual era pautada na legitimidade da virgindade enquanto uma virtude que deveria ser preservada. No que concerne ao referencial teórico-metodológico, este trabalho está fundamentado no estudo de autores que abordam a questão do romance enquanto gênero literário, como George Lukács (2000), Walter Benjamin (1994), Mikhail Bakhtin (1997); além, de um autor específico que aborda o conceito de representação e a forma como as sociedades se apropriam de práticas de leitura – Roger Chartier (2009; 1990). Os resultados desta pesquisa incidem para o fato de que a representatividade feminina contida no romance “O castigo da prostituição” está diretamente relacionada com a prescrição de atitudes consideradas “morais”. O não-cumprimento dessas atitudes vem acompanhado de punições e arrependimentos.

Palavras-chave: Representação; Romance; *O castigo da prostituição*.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar a representatividade feminina inserida no romance *O castigo da prostituição*, publicado pela Impressão Régia do Rio de Janeiro em 1815¹. Esse romance, juntamente com outros oito, constituiu-se dos primeiros livros de gênero literário publicados oficialmente no Brasil durante os treze anos (1808-1821) em que D. João VI e a Corte Portuguesa estiveram no País.

¹ O presente trabalho vincula-se ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Linguagem, Ensino e Narrativa de Professores – GEPLENP, liderado pelos professores doutores Raquel Lazzari Leite Barbosa e Sergio Fabiano Annibal. O GEPLENP é certificado pelo CNPq e sediado na Universidade Estadual Paulista, Campus Assis-SP. Este trabalho também está relacionado à minha dissertação de mestrado intitulada *A arte dos bons costumes na corte brasileira (1808-1821)*, defendida no ano de 2009, pela Universidade Estadual Paulista (Campus Franca-SP), e teve como orientador o Professor Dr. Jurandir Malerba.

De acordo com Alfredo do Vale Cabral (1881), em sua obra *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*, a Impressão Régia publicou 35 livros de literatura. Apesar de mencionar essa quantidade, o autor não traz informação de que os livros foram localizados materialmente. Já os trabalhos de Ana Maria Camargo e Rubens Borba (1993), e, posteriormente de Simone Souza (2007), fazem referência a nove livros literários, os quais, de acordo com os autores, puderam ser localizados materialmente.

Apresento, a seguir, os nove livros publicados durante o período no qual D. João VI permaneceu no País (Período Joanino), bem como os anos de publicação: *O diabo coxo: verdades sonhadas e novella de outra vida traduzida a esta* (1810); *História de dois amantes*, ou Templo de Jatab (1811); *Paulo e Virginia*. História fundada em facto (1811); *Aventuras pasmozas do célebre barão de Munkausen* (1814); *As duas desafortunadas* (1815); *A filósofa por amor*, ou cartas de dous amantes apaixonados e virtuosos (1811), *O castigo da prostituição* (1815), *Historia da donzella Theodora*, em que se trata da sua grande formosura, e sabedoria (1814), *Triste effeito de huma infidelidade* (1815)².

A escolha do livro *O castigo da prostituição* como *corpus* deste trabalho³ ocorreu devido ao fato de que o tema principal, a dicotomia virgindade/pureza feminina, se constitui de um assunto que evidencia claramente o modo como a mulher da classe dirigente deveria se comportar. A valorização da pureza insere, ainda, um dos temas mais importantes em relação à representatividade feminina, uma vez que era pautado na legitimidade da virgindade enquanto uma virtude que deveria ser preservada.

2. A Impressão Régia do Rio de Janeiro no Período Joanino

Em março de 1808, D. João VI e a Corte Portuguesa se transferiram para a cidade do Rio de Janeiro contabilizando cerca de quinze mil pessoas⁴. Uma vez aqui instalado, D. João VI procurou organizar a nova sede da Coroa Portuguesa, criando instituições políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais, cujos objetivos eram o de se fazer vivenciar, no Rio de Janeiro, os mesmos costumes de Portugal.

A Impressão Régia do Rio de Janeiro foi uma das primeiras instituições a serem criadas, visto que a documentação oficial, como legislação e pronunciamentos, deveria ser publicada

² Todos esses livros podem ser consultados em <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>.

³ Os outros livros publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro podem ser consultados em OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges. Considerações sobre os impressos literários publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1821). In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá-MT. *Anais do VII CBHE*. Nesse trabalho, a autora faz uma síntese das obras literárias.

⁴ Apesar dos vários estudos sobre esse tema, a quantidade de emigrados que vieram para o Brasil ainda é questionada. Aqui, optou-se pelo número de Malerba (2000).

com certa urgência para se fazer legitimar a importância do Rio de Janeiro, e, do Brasil, no contexto mundial. Primeiramente, a Imprensa Régia do Rio de Janeiro iria servir à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, tendo como titular o ministro português D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Por meio do Decreto de 13 de maio de 1808, D. João VI assim a instituiu:

Tendo-me constado, que os prélos que se acham nesta Capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e atendendo à necessidade que ha da oficina de impressão neste meus Estados; sou servido, que a casa, onde elles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papeis diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas, e quaesquer outras obras [...] (DECRETO 13 DE MAIO DE 1808).

Pela análise do decreto, pode-se perceber que a Imprensa Régia do Rio de Janeiro se ocuparia de imprimir, além dos documentos oficiais do governo, outros tipos de textos. Essa instituição foi a primeira tipografia a ser instalada no Brasil, inaugurando a imprensa oficial no país. Até então, o funcionamento de qualquer tipografia, bem como a impressão de qualquer tipo de texto, estavam proibidos.

Antes de sua criação, a maior parte dos livros que circulavam no Brasil era originária da Imprensa Régia de Lisboa, uma vez que a metrópole portuguesa controlava todo o circuito do livro: produção, diagramação, censura e importação (ABREU, 2003).

Para alguns moradores do Rio de Janeiro, a criação da primeira tipografia representou um acontecimento histórico muito importante. Com certo exagero, o padre fluminense Luiz Gonçalves dos Santos (1767-1844) relata o efeito que a Imprensa Régia do Rio de Janeiro causara para a vida intelectual do país:

O Brasil até o feliz dia 13 de Maio do anno de 1808 não conhecia o que era Typographia: foi necessario que a brilhante face do principe regente nosso senhor, bem como o refulgente Sol, viesse vivificar este paiz, não só quanto á sua agricultura, commercio, e industria, mas também quanto ás artes e sciencias, dissipando as trevas da ignorancia, cujas negras, e medonhas nuvens cobrirão todo o Brazil, e interceptavão as luzes da sabedoria (SANTOS, 1943, t. 1, p. 67).

De acordo com Schwarcz (2002), a primeira tipografia do Brasil sofreu várias mudanças em sua nomenclatura. Até o ano de 1815 ela conservou o nome Imprensa Régia do Rio de Janeiro. Naquele ano, devido à elevação da colônia brasileira a Reino Unido de Portugal e de Algarves, passou a se chamar Régia Oficina Tipográfica. Três anos depois, em

1818, teve seu nome alterado para Tipografia Real, e, em 1821, passou a denominar-se Imprensa Nacional.

Ainda em 1808, D. Rodrigo de Sousa Coutinho – homem responsável pelo funcionamento da Imprensa Régia do Rio de Janeiro – nomeara uma Junta Diretora composta por diretores e censores que tinham por principal função “examinar os papéis e livros” para que não existissem textos “contra a religião, a moral e os bons costumes” (AVISO DE 24 DE JUNHO DE 1808). No mesmo ano, a instituição Mesa do Desembargo do Paço foi criada para reforçar o controle sobre os livros⁵.

Somente os documentos e livros publicados pelo serviço régio não eram submetidos à Junta Diretora e à Mesa do Desembargo do Paço. Esses textos vinham com a indicação *Por ordem de S. A. R.*⁶. Já os textos que não faziam parte do governo, eram submetidos à fiscalização, e, se aprovados, eram assim indicados: *Com licença de S. A. R.*, *Com Licença*, ou *Com Licença do Desembargo do Paço* (BORBA; MORAES, 1993).

Segundo Cabral (1881), a Imprensa Régia de Rio de Janeiro publicou cerca de 1.340 textos. Dentre eles, destacam-se os de teatro, religião, filosofia, cientificismo, direito, medicina, ciências naturais, matemática, gramática, e, os de literatura, cujo gênero integra o romance *O castigo da prostituição*.

3. Romance e práticas de leitura

A institucionalização da Imprensa Régia do Rio de Janeiro em 1808, mesmo ano da vinda de D. João VI para o Brasil, constituiu-se de uma importante ferramenta no desenvolvimento das práticas de leitura na sociedade abastada da época, uma vez que foi responsável por publicar livros dos mais variados gêneros, como, os de literatura romanesca.

No que concerne ao processo de práticas de leitura e de escrita na Europa, Chartier (2009) afirma que um determinado período da era moderna – compreendido do século XVI ao XVIII – deixou de ser, paulatinamente, caracterizado pela preponderância do hábito de leitura oral no meio social, possibilitando o surgimento de novas modalidades de leitura e escrita, inseridas, sobretudo, na intimidade doméstica. Essas transformações foram responsáveis por uma reconfiguração nos espaços público e privado, uma vez que criaram “novos modelos de comportamento, novas condutas culturais, características do processo de privatização da primeira modernidade” (CHARTIER, 2009, p. 113). A leitura silenciosa, na intimidade

⁵ Sobre o controle de circulação de impressos e os sistemas de censura no Brasil e em Portugal, ver ABREU, Márcia. Os caminhos dos livros. Campinas: Mercado de Letras/ALB/Fapesp, 2003.

⁶ A sigla S.A.R. tem por significado *Sua Alteza Real*.

doméstica, estabelecia uma relação solitária entre o leitor e o livro, diferentemente da leitura oral efetuada em praças, saraus e outros espaços de sociabilidade.

No entendimento de Barbosa (2001), as práticas de leitura são ações que se relacionam com diferentes tempos e espaços, as quais “fundam-se em práticas anteriores, em transmissão cultural. A cultura institucionalizada predis põe a uma recepção particular de discursos e dos valores neles vistos. Cada momento carrega normas referendadas por diferentes grupos socioculturais” (BARBOSA, 2001, p. 55).

Com o desenvolvimento da leitura, a aquisição de livros e o surgimento de bibliotecas particulares passaram a ser mais frequentes. No caso brasileiro, a Imprensa Régia colaborou para isso, uma vez que a publicação de seus livros ampliou as práticas de leitura, bem como os utensílios e os móveis utilizados para aqueles fins.

Ainda com relação a esse tema, em outro texto, Chartier (1990) explica que a leitura ideal seria aquela que capta o texto em sua totalidade complexa, e não o reduz a episódios específicos de sua trama. A captação do “verdadeiro significado” da leitura pressupõe ainda uma relação íntima entre o leitor e aquilo que se lê.

Com relação às práticas de leitura, o autor pondera que existe uma diferenciação entre o texto e o impresso: “os livros não são de modo algum escritos. São manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos e outros engenheiros, e, por impressoras e outras máquinas” (CHARTIER, 1990, p. 126). De acordo com o autor, a dicotomia entre o texto e o impresso ocorre principalmente devido à distância entre a real intenção do autor e o que resulta da passagem do livro manuscrito ao impresso, produzido pela decisão editorial. Neste aspecto, a influência das formas tipográficas na formação do livro é fundamental para a constituição das práticas de leitura. Assim, o leitor, segundo Chartier (1990) possui uma “liberdade condicionada”, uma vez que é pensado como alguém que deve ter a leitura dirigida – seja pelo autor, seja pela máquina tipográfica.

No que tange à Imprensa Régia do Rio de Janeiro, pode-se verificar que o romance *O castigo da prostituição*, publicado em 1815, passou pela censura da instituição Mesa do Desembargo do Paço.

De acordo com Walter Benjamin (1994), o romance teve seus primórdios na Antiguidade, porém só se desenvolveu enquanto gênero literário no início da época moderna, com a ascendência da burguesia, que foi responsável por proporcionar elementos para seu florescimento. Ao desenvolvimento do romance, seguiu-se o enfraquecimento da narrativa, uma vez que o primeiro passa a ser mais difundido com a invenção da imprensa.

Para Benjamin (1994), a leitura de um romance se faz de forma solitária. Essa solidão faz com que o leitor se apodere do romance de modo a “penetrar” profundamente no enredo lido. Já em relação ao ofício do escritor desse gênero literário, “escrever um romance significa, na descrição de uma vida humana, levar o incomensurável a seus últimos limites. Na riqueza dessa vida e na descrição dessa riqueza, o romance anuncia a profunda perplexidade de quem a vive” (BENJAMIN, 1994, p.201).

Uma das principais características do romance é a busca pelo “sentido da vida” de seus personagens: “o romance [...] não pode dar um único passo além daquele limite em que, escrevendo na parte inferior da página a palavra *fim*, convida o leitor a refletir sobre o sentido de uma vida” (BENJAMIN, 1994, p.213).

Do mesmo modo que Benjamin (1994), Lukács (2000, p. 62) acredita que o romance eclodiu a partir do desenvolvimento da camada burguesa, podendo ser conceituado como “a epopeia de um tempo em que a totalidade extensiva da vida já não é dada de maneira imediata, de um tempo para o qual a imanência do sentido à vida se tornou problema, mas que, apesar de tudo, não cessou de aspirar à totalidade”. Dessa forma, o romance é um fenômeno processual, “algo em devir”, que incorpora, concomitantemente, literatura e história. A questão da caracterização histórica de tempo e lugar é fator fundamental nesse contexto, uma vez que a personagem do romance está situada em determinada época e espaço histórico, possuindo, assim, aspectos inerentes ao processo histórico-estrutural da sociedade que está inserida. As consequências da caracterização histórica de tempo e lugar refletem nas ações dos indivíduos do romance, em seus “destinos pessoais”.

Segundo Lukács (2000), o romance nada mais é do que uma configuração histórico-filosófica originária da epopeia, categoria estética esta que foi, ao longo do tempo, desaparecendo, dando lugar à categoria romanesca. Para esse autor, o romance representa uma forma específica de relação que estabelece com o leitor: “a leitura de entretenimento, que indica todas as características exteriores” (LUKÁCS, 2000, p. 73).

De acordo com Mikhail Bakhtin (2002) o romance tem suas origens no período do Renascimento, sendo herdeiro das narrativas clássicas. Para ele, é complicado definir precisamente o que vem a ser o romance, pois é um gênero literário que ainda está em transformação, diferente dos demais gêneros, já formados ou mesmo mortos. Em decorrência disso, o romance é um fenômeno híbrido, uma vez que “admite introduzir na sua composição diferentes gêneros, tanto literários (novelas intercaladas, peças líricas, etc.), como extraliterários (de costumes, relatórios, científicos, religiosos e outros)” (BAKHTIN, 2002, p.

124). No entendimento desse teórico o romance possui tipos de unidades que são responsáveis por estruturar sua própria forma estilística. São eles:

1. Narrativa direta e literária do autor;
2. A estilização de diversas formas da narrativa tradicional oral;
3. Estifizações de diversas formas da narrativa (escrita) semiliterária tradicional;
4. Diversas formas literárias, mas que estão fora do discurso literário do autor: escritos morais, filosóficos, científicos, etc.;
5. Os discursos dos personagens estilisticamente individualizados (BAKHTIN, 2002, p. 74).

Ancorado nessas unidades estilísticas, o romance possui como característica determinante a dialogicidade, ou seja, a presença do diálogo no discurso linguístico expressado pelo autor que o escreve.

O romance, de acordo com Bakhtin (1997), pode ser classificado a partir dos princípios estruturais da imagem do herói principal, os quais podem ser divididos em *romance de viagem*, *romance de provas*, *romance biográfico*, e, *romance de educação* ou *formação*. Esta última classificação, em nossa concepção, é a que está presente na obra literária *O castigo da prostituição*, editada pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro, uma vez que, conforme atesta Bakhtin (1997, p. 236), o romance de educação organiza-se “em torno da ideia pedagógica da educação do homem”. Na obra *O castigo da prostituição*, iremos verificar que o enredo traz prescrições didáticas baseadas na valorização de uma atitude considerada correta – a preservação da virgindade.

Ainda segundo Bakhtin (1997, p. 237), o herói desse tipo de romance possui uma composição impregnada de *variáveis*, as quais estão diretamente relacionadas à estruturação temporal do enredo: “O tempo se introduz no interior do homem, impregna-lhe toda a imagem, modificando a importância substancial de seu destino e de sua vida”.

Em *O castigo da prostituição*, a personagem principal, uma jovem virgem da camada dirigente, adquire, no decorrer do enredo, uma concepção diferente da que tinha, no início da trama, sobre o amor e a virgindade. Essa mudança no modo de pensar – adquirida devido aos conselhos de uma velha astuta – será crucial para o seu destino.

4. A mulher abastada no Período Joanino

A partir da transferência de D. João VI e da Corte Portuguesa para o Brasil, a circulação de bens materiais e culturais, principalmente no Rio de Janeiro – nova sede do Império Português – sofreu um considerável aumento. Com o objetivo de fazer-se adequar a cidade fluminense às normatizações da nobreza transplantada, o regente português

proporcionou uma remodelação do espaço urbano e uma ampliação de produtos importados da Europa, como vestimenta, alimentação, mobiliário, dentre outros.

A nova camada dirigente brasileira – composta dos ricos comerciantes fluminenses e da Corte recém-chegada (MALERBA, 2000) – necessitava de distintivos simbólicos que pudessem conservar seu distanciamento perante as outras camadas sociais⁷.

No que concerne às mulheres da camada abastada brasileira, John Luccock (1975), viajante inglês que esteve no Rio de Janeiro entre 1808 e 1818, relata que viviam bastante reclusas. No ano de 1808, a opinião do viajante sobre o comportamento das mulheres de elite era um tanto rígida:

Suas maneiras são o oposto de qualquer coisa de grácil: duras, impetuosas e soberbas. Falam com fluência, mas em geral em tom alto e agudo. Sua aparência geral é maliciosa e faceira; não parecem ter a mínima idéia de que os modos delas possam provocar repulsa ou, mesmo, que possam deixar de ser objetos de admiração. Tem poucas oportunidades de se comunicar com o outro sexo, mas, sempre que uma dessas surge, usam dela com ansiedade (LUCCOCK, 1975, p. 76).

De acordo com o inglês, ainda em 1808, as damas abastadas se casavam muito cedo, ato que contribuía para o envelhecimento precoce: aos doze ou treze anos de idade já assumiam os cuidados do lar, aos dezoito estavam em sua “plena maturidade”, e, aos trinta se tornavam “perfeitas velhas enrugadas”.

Ao tempo da chegada de D. João VI, as damas do Rio de Janeiro possuíam, segundo Luccock (1975, p. 75) uma instrução restrita: “o saber ler para elas não devia ir além do livro de rezas, pois que isso lhes seria inútil, nem tão-pouco se desejava que escrevessem a-fim-de que não fizessem, como sabiamente se observava, um mau uso dessa arte”.

O mesmo viajante também observou, anos depois, que a estadia do regente português no Rio de Janeiro foi responsável não só por um maior desenvolvimento da instrução (esta observada na circulação de livros que não somente os de religião) como também pela sociabilização da mulher de elite. As cerimônias oficiais da Corte, as festas religiosas e as peças teatrais contribuíram positivamente para isso: “O caráter feminino preparava-se ali para assumir o lugar que lhe competia na sociedade, a influência justa e natural sobre o coração dos homens [...]. De tão fértil nascente de cultura moral, surgiram diversas maneiras novas de pensar e, naturalmente, também de agir” (LUCCOCK, 1975, p. 165).

⁷ A respeito da importação de maneiras tidas por “civilizadas”, presentes dentro da camada dirigente brasileira durante os treze anos que D. João VI esteve no Rio de Janeiro, consultar OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges. Maneiras importadas: a civilidade da camada dirigente durante a permanência de D. João VI no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista história e história*. Disponível em: <<http://historiaehistoria.com.br>> Acesso: 16 jul. 2013.

Ao fazer um levantamento sobre os leitores interessados pelas edições de livros publicados pela Impressão Régia, Maria Beatriz Nizza da Silva (1981) observou que apenas 0,8% compunham-se de mulheres. Apesar de ser uma porcentagem pequena, comparada a maioria absoluta masculina, já se demonstra a existência de uma parcela feminina alfabetizada, interessada na leitura. É necessário frisar que, de modo geral, somente uma pequena parcela da população – a camada dirigente – tinha acesso à instrução.

5.1 O castigo da prostituição: por dentro do enredo

Inseridos nesse universo onde a mulher de elite ia, paulatinamente, conseguindo seu espaço junto à sociedade, os nove livros literários passam a ser editados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro. Desse total de romances – já citados anteriormente –, cerca de cinco deles continham prescrições bem diretas referentes ao comportamento da mulher. Preservação da virgindade, matrimônio com homens da mesma estratificação social e exaltação de diversos valores religiosos cristãos eram temas frequentes⁸.

Uma vez que esses livros eram traduzidos de outras línguas – normalmente da francesa – percebe-se que não só na Europa, como também na nova sede da monarquia portuguesa, havia uma certa preocupação em tentar adequar os modos da dama abastada para que ela não se desviasse de condutas compatíveis com sua condição social.

Assim, no Brasil, e mais precisamente no Rio de Janeiro, o livro se configurava como um instrumento de legitimação do “ideário” que se criou acerca do comportamento feminino durante o Período Joanino. O enredo contido no romance *O castigo da prostituição* comprova isso.

Contendo trinta e duas páginas, *O castigo da prostituição* foi publicado pela Impressão Régia do Rio de Janeiro no ano de 1815⁹. O autor do romance é desconhecido, mas, compreende-se que é originário da língua francesa, uma vez que na sua capa contém a informação de que foi traduzido do francês¹⁰.

⁸ Os cinco romances são: *Paulo e Virginia*. História fundada em facto; *As duas desafortunadas*; *A filósofa por amor*, ou cartas de dous amantes apaixonados e virtuosos; *O castigo da prostituição* e *Triste efeito de huma infidelidade*.

⁹ Ao realizar pesquisa sobre esse romance, encontrei somente mais uma publicação, do ano de 1818, pela Impressão Régia de Lisboa. Essa publicação também pode ser consultada no site <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/> Não encontrei vestígios que o romance pudesse ter sido publicado posteriormente no Brasil ou em Portugal.

¹⁰ Sobre a história editorial de diagramação dos livros literários publicados pela tipografia fluminense, ver SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. *Primeiras impressões: romances publicados pela Impressão Régia*. 2007. 211 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

O romance é narrado em primeira pessoa por uma jovem de 16 anos, cujo nome não é mencionado. Contudo, pode-se perceber que é de uma classe abastada devido à linguagem utilizada.

Durante o livro, a jovem narra um acontecimento que transformou a sua vida: a perda da virgindade. Logo no começo do primeiro parágrafo, ela lamenta por tê-la perdido: “Oh tempo feliz da minha innocencia! Tempo em que eu ignorava o vicio! Então eu era bella, e cheia de atractivos aos olhos de todos aquelles que me olhavam surpreendidos de minha belleza, e respeitando a innocencia que reinava em meu coração” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 3). Antes daquele acontecimento, a jovem era uma pessoa sem vícios ou paixões carnis; sentimentos como ódio, inveja e ambição não se faziam presentes: “Eu era um Anjo sobre a terra [...]. Eu não conhecia nem o mal, nem os remorsos” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 3-4).

De acordo com o seu relato, o desvirtuamento ocorreu quando tinha dezesseis anos de idade, em decorrência de uma senhora que lhe passou a incitar novas experiências. Verifica-se que a mulher era uma alcoviteira, pois vendia a virgindade de jovens damas para homens de posses. As jovens, sem tomarem conhecimento da real intenção da senhora, bem como da influência exercida sobre seus pensamentos, acabavam por se corromperem: “Era esta huma das mulheres consumadas em o vicio, e que tem aprendido de huma longa experiencia a despertar as paixões em hum coração innocente, e a transtornar a cabeça de huma Donzella simples, e noviça, arrastando-a entre prazeres que ella não póde gostar sem crime” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 6).

Por meio da persuasão, a senhora passa a argumentar sobre os benefícios da beleza, utilizando estas palavras: “Que bella idade a de dezasseis annos! Neste tempo vem a natureza a dar a última mão a essa formozura que vos anima; e os annos a pôr fim ao chefe de obra de vossos atractivos. Porém a belleza he hum bem que se não recebe senão, para delle fazer uso [...]” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, pp. 6-7). Ela tenta induzir a jovem de que a beleza é uma virtude que acaba com o passar do tempo, e, por isso, deve ser utilizada o quanto antes, para fazer os homens felizes:

Se huma Donzella que como vós he dotada de huns olhos encantadores, e de tudo o mais que póde atrahir, fizesse nascer os desejos só para lhes oppôr, e viver sempre insensivel, não seria ella mais desgraçada que a mulher a mais disforme? [...] Se vos obstinais a viver isenta, vireis a cahir em huma profunda tristeza: o desgosto, e o desprazer serão inseparaveis de vossos dias, e finalmente sereis conduzida ao centro das infelicidades (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, pp. 7-8).

A própria senhora relata que a sensação experimentada por ela, ao perder a virgindade, fora única: “[...] este prazer he tão grande, seus transportes tão doces, que eu estimaria melhor gosallos, e morrer, que viver sem os experimentar” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 11).

Ao ouvir aquele discurso, a jovem percebe que um instinto secreto, um encanto incompreensível perturba-lhe o pensamento, porém, afirma que os prazeres mundanos são responsáveis por corromper a sociedade. Ela expõe sua vontade em experimentar a nova experiência, mas, ao mesmo tempo, sente-se confusa: “[...] eu sinto em meu coração hum certo movimento que ao mesmo tempo que me faz soffrer me he aprazível. Minha alma está devedida entre sentimentos oppostos: eu temo, e desejo” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 12).

Compreendendo que suas palavras começavam a surtir efeito, a senhora continua a iludi-la, relatando as boas consequências que o prazer concede a quem o alimenta e, como um homem podia fazê-la feliz. Nesse instante, a jovem recorda como os conselhos de sua mãe se diferiam dos daquela senhora. Em momentos anteriores, sua mãe lhe afirmara que “os homens erão enganadores, que elles não podem amar mais que hum só dia que elles fazem mil juramentos para serem cridos, que elles lizongeeão, que elles acarecião até que tem conseguido enganar-nos” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 15).

Para a jovem, um amor verdadeiro, fruto dos laços eternos do matrimônio, era o maior bem que se podia conseguir durante a vida. A essas palavras, a senhora faz a seguinte objeção: “O cazamento, e o amor são tão insociaveis como a escravidão, e a liberdade; e se alguma vez succede que se unão, isto não he que á força de trabalhos, e fadigas, e em esta união sempre o desgosto domina sobre a felicidade” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 16). Ela prossegue: “Cuidai em conservar esta liberdade tão precioza: huma vez perdida ella, senão recupera mais. Vós podeis fazer a conquista de muitos corações, desunir-vos de hum infiel, entregar-vos a hum amante sincero; e quando vossos primeiros amores se envelhecerem, poupareis este desgosto formando novos laços” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 18). O casamento, nos dizeres da alcoviteira, era um enlace fracassado, que privava a mulher de conhecer outros homens e de obter novas experiências.

A jovem já não conseguia fazer oposição àqueles argumentos. Completamente persuadida, ela se encantava com as explicações, sendo vencida pelo novo sentimento: “Huma chama desconhecida se introduzio em minhas veias; todos os meus sentidos se perturbarão, e eu me sentia toda em fogo: a hora de minha perdição estava a chegar, e eu a esperava com impaciência” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 20).

Com o objetivo de realizar seu intento, a senhora diz conhecer um homem que teria visto a jovem na igreja e em um espetáculo, e que a amava verdadeiramente, “hum illustre mancebo, que he o mais bello homem, que vós tereis visto, nem ha outro igual no mundo” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 21).

Ao ser questionada sobre como poderia encontrar esse homem, a senhora responde: “[...] minha filha, preparai-vos, e segui-me: eu vos quero conduzir á felicidade: bem depressa conhecereis o amavel objecto que vos vai fazer experimentar as doçuras do amor: entregai-vos sem rezerva a este novo amante, assim como elle todo se vai entregar a vós [...]” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 24).

Para se encontrar com aquele homem, a jovem se apronta com suas melhores roupas e enfeites. Antes de sair para o encontro, porém, ela principiou desistir, “mas a paixão que me arrastava suffocou bem depressa a voz de minha virtude abandonada: meus sentidos fallavão mais forte que a minha razão, e eu deixei de a ouvir” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 25).

A senhora, então, a conduz para uma casa onde o homem as aguardava. A impressão da jovem acerca do rapaz é das melhores: “He verdade, que eu julguei ver hum Anjo: eu não vi já mais homem tão admiravel” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, pp. 25-26). Sob pretexto de ter outros compromissos, a senhora sai da casa, deixando ambos a sós. Assim que ficaram sozinhos,

[...] este homem principiou a render me as maiores finezas, protestando-me seu affecto: elle me toma em seus braços, elle me aperta, elle me faz mil caricias, [...] e então He que eu senti que minhas forças de todo me abandonavão: algumas vezes hum frio repentino gelava meu sangue: bem depressa hum ardor activo me inflamava. Meu coração palpitava, eu estava tremendo, e não sabia de que. [...] Depois de corrompida pelo primeiro sentimento do prazer, elle me empenha a passar com elle a noute: e eu consinto (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 27).

Na manhã do dia seguinte, porém, a jovem se surpreende com o comportamento do homem: ele se torna frio e indiferente, e pede para ela se ausentar da casa. “Eu me levanto em silencio, vergonhosa, e saio chorando, accompanhada de remorços, e de desesperação” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 28).

Posteriormente, a jovem descobre que a senhora havia vendido sua virgindade para aquele homem. Arrependida dos seus atos, ela lamenta a perdição de sua vida:

Foi este o primeiro passo que eu dei em o caminho do vicio; e o que decidio do resto de minha vida [...] Eu fui castigada de meus prazeres; a dor se veio apoderar do instrumento do crime: hum veneno mortal se mistura em meu sangue, e me forma hum objecto de horror para os outros, e para mim mesma. Opprimida de males, eu parto a procurar o remédio, não querendo

inda morrer, e resolvida a passar o resto da vida em arrependimento (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 29).

Seu desespero se torna constante: “Quanto minha vida me parece horrível! Quanto todos os meus pensamentos são inimigos de meu descanso, e atormentão minha alma! Eu me vejo rodeada de sombras horrorosas, que vaticinão minha perdição! [...] Oh morte só tu podes servir de remedio a meus males!” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 30).

Tomada de rancor pela senhora que a ludibriou e pelo homem que a possuiu, a jovem passa a desejar o sofrimento de ambos:

Ella [a senhora] chegue a pedir piedade sem a obter já mais. A corrupção a venha atacar vivamente, reduzindo-a a hum objecto de horror, fazendo-a finalmente morrer em pedaços! E este homem abominável, que a tem premiado para me fazer desgraçada; possa elle ser reduzido a gozar da sua horrível cúmplice até que deseccados de velhice, e devorados de males, se arrastem juntos á sepultura (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 31).

Ao final do livro, a jovem faz um alerta às damas que são formosas e virgens, aconselhando-as a não se deixarem enganar por senhoras libertinas: a inocência é o bem mais precioso de uma donzela bem nascida; sua perda vem acompanhada de arrependimento. Ao finalizar o seu relato, faz a seguinte prescrição: “quanto meu exemplo, e minhas desgraças vos devem instruir! [...] lembrai-vos que desde o primeiro instante em que tropeça vossa fraqueza, principião vossas desgraças para não acabarem já mais” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 32).

5.2. Prescrição de conduta em *O castigo da prostituição*

Pode-se perceber que o livro *O castigo da prostituição* possui como característica a representatividade de um ideário feminino, ou seja, a representação de atitudes consideradas corretas para uma dama da camada dirigente.

Sobre o conceito de representação, Chartier (2011, p. 16) esclarece que está intimamente ligado às práticas comportamentais e às situações intrínsecas aos fenômenos sociais, possuindo, assim, “razões, códigos, finalidades e destinatários particulares”. Além disso, a representação é responsável pela mudança estrutural sobre a compreensão do mundo social, uma vez que modifica as relações que os indivíduos e os grupos mantêm com o mundo social.

Com relação à representação em *O castigo da prostituição*, o tema principal – a virgindade – é representado como uma qualidade que toda dama da camada dirigente deve possuir. A perda dessa virtude só pode ocorrer por meio do matrimônio com um homem da

mesma posição social, além do consentimento de ambos os pais e da sociedade em que a mulher está inserida.

A narração da jovem dama permite perceber como a influência da velha senhora foi fundamental para a mudança de sua conduta. A jovem, que, no começo do relato, era pura e não possuía pensamentos mundanos, foi, gradualmente, convencida pela velha a experimentar os prazeres carnavais. A consumação da perdição se deu com um homem que havia pagado à senhora pela sua virgindade.

O ato foi seguido de profundo remorso, uma vez que agora a jovem estaria “manchada” para sempre. Sentimentos impuros para uma dama, como ódio e vingança pelas duas pessoas que a incitaram a cometer o erro, passaram a ser frequentes. Contrária aos preceitos cristãos, sua libertinagem nunca seria aprovada pela boa sociedade, a qual prezava a castidade, e, o culto à alma (e não ao corpo).

É interessante observar que, durante todo o livro, a jovem aconselha a leitora a não seguir o seu comportamento. O auge desse aconselhamento se dá no fim da narração, onde ela diz abertamente que sua conduta imoral deve servir de exemplo à leitora, para que esta não cometa os mesmos erros.

Apesar do autor do livro não ser revelado, fica evidente seu objetivo: prescrever condutas alicerçadas nos modelos cristãos para as mulheres de elite e alertá-las de que uma atitude contrária a esses modelos sempre é seguida de punição e arrependimento. O próprio título do livro pressupõe tal prescrição.

6. Considerações finais

A instalação da Impressão Régia do Rio de Janeiro ocasionou muitas transformações no País. Paralela à sua criação, foram estabelecidos órgãos de censura que analisavam o que poderia ser editado. Assim, a publicação de impressos passou a ser dirigida e autorizada por mediadores do reino que avaliavam o que os leitores poderiam ou não ler. Os nove livros literários publicados pela Impressão Régia durante o Período Joanino passaram por esse controle.

A publicação dessas obras foi muito importante para a difusão das práticas de leitura, principalmente, entre a camada dirigente, e, especialmente, entre as damas, uma vez que alguns livros eram direcionados a elas.

No que tange ao conteúdo dos nove livros, um, em especial, nos chama a atenção pelo conteúdo prescritivo em relação à jovem dama abastada. *O castigo da prostituição* evidencia a representatividade feminina pautada em atitudes consideradas corretas para os padrões

cristãos. O não cumprimento dessas atitudes vem acompanhado de repreensão – seja da própria pessoa que deixou de cumpri-lo, por ser cristã; seja da sociedade.

7. Referências

- [autor desconhecido]. *O castigo da prostituição*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.
- [autor desconhecido] *Historia da donzella Theodora*, em que trata da sua grande formosura, e sabedoria. Tradução Carlos Ferreira Lisbonense. Lisboa: Imprensa Régia, 1814.
- [autor desconhecido] *Triste effeito de huma infidelidade*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.
- ABREU, Márcia. Os caminhos dos livros. Campinas: Mercado de Letras/ALB/Fapesp, 2003.
- AVISO DE 24 DE JUNHO DE 1808. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 23 abr. 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética – a teoria do romance*. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.
- BARBOSA, Raquel Lazzari leite. *A construção do “herói”*. Leitura na escola: Assis-SP – 1920/1950. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRETONNE, Rétif de la. *A filósofa por amor, ou cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos*. 2v. Rio de Janeiro. Imprensa Régia 1811.
- CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp; Livraria Kosmos, 1992.
- CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: CHARTIER, Roger. (org.) *História da vida privada - Da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo. Companhia das Letras, 2009, p. 121 – 178.
- CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados – MS, v. 13, n. 23, jan./jun., 2011, p. 15-29.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 121-138.

D'AUCOUR, Claude Godard. *História de dois amantes, ou o Templo de Jatab*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811.

DECRETO 13 DE MAIO DE 1808.
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/rev_27/dim1305003.htm> Acesso em 23 abr. 2013.

LE SAGE, Alain- René. *O diabo coxo*, verdades sonhadas e novellas da outra vida traduzida a esta. 2v. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1975.

LUKÁCS, George. *A teoria do romance* – um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

MARMONTEL, Jean François. *As duas desafortunadas*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges. *A arte dos bons costumes na corte brasileira (1808-1821)*. 2009. 90f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009.

OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges. Considerações sobre os impressos literários publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1821). In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá-MT. *Anais do VII CBHE*.

OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges. Maneiras importadas: a civilidade da camada dirigente durante a permanência de D. João VI no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista história e história*. Disponível em: <<http://historiaehistoria.com.br>> Acesso: 16 jul. 2013.

RASPE, Erich Rudolf. *Aventuras pasmosas do celebre Barão de Munhausen*, que contem hum resumo de Viagens, Campanhas, Jornadas e Aventuras extraordinárias igualmente a descrição de huma viagem á Lua e Canicula. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1814.

SAINT, PIERRE, Bernardin de. *Paulo e Virginia*. História fundada em factos. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811.

SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Zelio Valverde, 1943.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. *Primeiras impressões: romances publicados pela Imprensa Régia*. 2007. 211 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.